

Territorialidades e comunidades tradicionais: entre a identidade e a transformação

Territorialidades y comunidades tradicionales: entre la identidad y la transformación

Renato Fernandes Caetano
Eva da Silva Alves
Raimundo Nonato Pereira da Silva

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir o conceito de identidade, tomando como pressuposto os aspectos de territorialidade e comunidades tradicionais. Esse viés se correlaciona ao objeto de estudos do projeto de pesquisa sobre a Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO), no qual se objetiva abordar os aspectos que envolvem a identidade desta comunidade, dentre outras características socioculturais e o vínculo com o território como um espaço que assegura essa identidade. De outro lado, observa-se que os territórios das comunidades tradicionais veem passando por mudanças, por “invasões”, redefinições e aberturas, tornando-se fronteiras nas quais algo novo começa a se fazer presente. Em termos metodológicos, a pesquisa se fundamentou em fontes bibliográficas, especialmente nas reflexões dos autores Stuart Hall (2014) e Homi K. Bhabha (2014), documentais e na observação participante. Espera-se que esses estudos e registros possam contribuir para minimizar impactos sociais dos processos de deslocamento e transformações das comunidades tradicionais e servir de parâmetro para futuras mobilizações e redefinições territoriais das comunidades ribeirinhas do Estado de Rondônia e da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades. Comunidades Tradicionais. Identidade.

RESUMEN: Este artículo tiene por objetivo discutir el concepto de identidad, tomando como presupuesto los aspectos de territorialidad y comunidades tradicionales. Ese viés, se correlaciona con el objetivo de estudios del proyecto de investigación sobre la Comunidad Ribeirinha de São Carlos (Bajo Madera, Porto Velho / RO en el que se objetiva abordar los aspectos que envuelven la identidad de esta comunidad, entre otras características socioculturales y el vínculo con el territorio como un espacio que asegura esa identidad. por otro lado, se observa que los territorios de las comunidades tradicionales ven pasando por cambios, por "invasiones", redefiniciones y aberturas, convirtiéndose en fronteras en las cuales algo nuevo comienza a hacerse presente. en términos metodológicos, la investigación se fundamentó, en fuentes bibliográficas, especialmente en las reflexiones de los autores Stuart Hall (2014) y Homi K. Bhabha (2014), documentales y en la observación participante. Se espera que estos estudios y registros puedan contribuir a minimizar los impactos sociales de los procesos de desplazamiento y transformaciones de las comunidades tradicionales y servir de parámetro para futuras movilizaciones y redefiniciones territoriales de las comunidades ribeirinhas del Estado de Rondonia y de la Amazona.

PALABRAS-CLAVES: Territorialidades. Comunidades Tradicionales. Identidad.

1. INTRODUÇÃO

“Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual *algo começa a se fazer presente*”. (HEIDEGGER, epígrafe usada por BHABHA, 2014).

Para Leach “[...] as sociedades reais não podem jamais estar em equilíbrio” (1995, p. 68), pois essas sociedades “[...] existem no tempo e no espaço. A situação demográfica, ecológica, econômica e de política externa não se estruturam num ambiente fixo, mas num ambiente em constante mudança” (LEACH, 1995, p. 69). Da mesma forma, devemos entender a identidade, ou seja, as situações externas fazem com que a identidade esteja em processo contínuo de mudança, de transformação e em processo de diferenciação.

Stuart Hall (2014) e Homi K. Bhabha (2014) constatarem uma completa desconstrução das perspectivas identitárias e que “encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão.” (BHABHA, 2014, p. 19). Neste sentido, se fala em crise de identidade e que as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas. Neste cenário pode-se pensar a fronteira como o espaço desta diferenciação, espaço onde algo começa, se faz presente. Neste sentido que para Bhabha estamos vivendo nas “fronteiras do ‘presentes’” e, de certa forma, nas “fronteiras da destituição étnica” (BHABHA, 2014, p. 19-20).

Neste contexto, este ensaio tem por objetivo discutir, a partir do pensamento dos autores Stuart Hall e Homi K. Bhabha, em que consiste o conceito de identidade e o fluir de suas bases, na perspectiva da indagação “quem nós podemos nos tornar?”. Essa preocupação parte do pressuposto que vem sendo objeto de estudos no projeto de pesquisa sobre a Comunidade

Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO), no qual se objetiva abordar os aspectos que envolvem a identidade desta comunidade, dentre outras características socioculturais e o vínculo com o território como um espaço que assegura essa identidade. Observa-se que os territórios das comunidades tradicionais veem passando por mudanças, por “invasões”, redefinições e aberturas, tornando-se fronteiras nas quais algo novo começa a se fazer presente.

A Comunidade Ribeirinha de São Carlos é considerada por historiadores a localidade mais antiga da colonização de Rondônia e de Porto Velho, fundada em 1723 pelo padre jesuíta João Sampaio. Hoje, São Carlos é uma das principais e maiores comunidades do Baixo Madeira, com aproximadamente 370 famílias e 1500 habitantes e sua infraestrutura auxilia e agrega outras comunidades do entorno. É um Distrito do município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, e fica localizado no encontro das águas do Rio Jamari com um dos principais rios da bacia amazônica: o Rio Madeira.

No entorno há duas unidades de conservação de uso sustentável: a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã e a Floresta Nacional do Jacundá. Atualmente a Comunidade se encontra em um processo de incertezas devido os impactos das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e pela última grande cheia (2014), gerando conflitos socioambientais e de identidade. Há, ainda, um projeto de deslocamento territorial e uma inércia dos poderes públicos no atendimento das necessidades dos que ali constituíram suas memórias e histórias de vida. Portanto, conclui-se que é fundamental documentar em vídeo as memórias e a história desta Comunidade Ribeirinha, visando fortalecer a sua identidade e importância sociocultural para o Estado de Rondônia.

Primeiramente, o objetivo de analisar o conceito de identidade visa contribuir para iluminar os estudos e análises em curso sobre a realidade e a identidade, ou identidades, presentes na Comunidade Ribeirinha de São Carlos. Assim, mesmo que no texto essa aplicabilidade não apareça de forma explícita e contínua, este viés permeia o olhar dos autores, considerando que as luzes da teoria que aqui são elucidadas visam ajudar a entender essa complexa realidade de constituição e transformação das identidades.

Historicamente, de forma lamentável, não raras vezes as comunidades ribeirinhas da Amazônia passam por processos de invisibilização e seus territórios e identidades são desconsiderados, ofuscados e negados para então se descaracterizar os direitos com os quais se identificam como comunidades ribeirinhas.

[...] a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua **relativa invisibilidade** e **velam os traços configurativos da sua identidade**. Desse modo, **adentrar o universo identitário** dos povos amazônicos implica considerar um mundo de ambiguidades, trata-se de percorrer caminhos que se cruzam e se contrapõem, mascaram diferenciações sociais que têm entravado processos de emancipação social e política. (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009, p. 30; *negritos nossos*).

Mas, afinal, o que constitui este “universo identitário” dos povos amazônicos? O que vem a ser identidade? Como podemos falar de invisibilização da identidade de uma comunidade? É possível transformar ou negar a outro a sua identidade? Quais as relações de poder perpassam esse processo? Visando responder a estas e outras perguntas e indagações subjacentes à esta problemática, dar-se-á prosseguimento nas discussões conceituando o que se entende por identidade e os processos de produção da identidade e da diferença.

2. IDENTIDADE E SEUS DESAFIOS

Em termos de conceituação de identidade, os autores Laburthe-Tolra e Warnier afirmam:

A *identidade* é um princípio de coesão interiorizado por uma pessoa ou um grupo. Permite-lhes reconhecerem-se e serem reconhecidos. A identidade consiste num conjunto de características partilhadas pelos membros do grupo, que permitem um processo de identificação das pessoas no interior do grupo e de diferenciação em relação aos outros grupos (LABURTHE-TOLRA; WARNIER, 1997, p. 409).

Coadunando com estes princípios e a partir de reflexões sobre o pensamento de Woodward (2014, p. 14) os pesquisadores Teixeira, Fonseca e Casseb (2009, p. 78) assim destacam a importância da identidade:

A questão da identidade coletiva, seja ela qual for, é algo que se impõe como de fundamental importância nas sociedades modernas. A **percepção de si e dos outros** é um problema enfrentado cotidianamente em todas as sociedades, com os mais graves tipos de implicação. O estado e as sociedades modernas, fundados após o Iluminismo e, portanto, laicos em seu modo de perceber a existência, formulam um amplo processo de estruturação das identidades a partir de três grandes pressupostos: o **indivíduo, a classe e a nação. Toda identidade é relacional, isto é, depende de algo fora dela para existir ou, posto de outra forma, depende de outra identidade que possa estabelecer a diferença** (WOODWARD, 2014, p. 9). [...] Traduzem também uma **constituição nas relações de produção e do espaço ou território**, em que o indivíduo reside e se relaciona, com um determinado grupo de agentes. (negritos nossos).

Observa-se que a identidade, antes de ser positiva, ser o que alguém possui, na verdade é um conjunto de negações, ou seja, por ser relacional, a identidade pressupõe sempre a presença de um outro, de características que são diferentes, até antagônicas, para então se firmar, se declarar. Conforme Hall

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído (HALL, 2014, p. 110).

Por isso, as identidades não são nunca unificadas e são discutidas na modernidade tardia como cada vez mais fragmentadas, fraturadas, multiplamente construídas por discursos, práticas e posições. Assim, as identidades estão sujeitas à história e por isso em processo de mudança e transformação contínuo (HALL, 2014, p. 108). Prova disso são os processos de globalização e de migração forçada (ou “livre”), que tem nos colocado frente à mudanças constantes e feito com que as perguntas tradicionais passem por modificações, nos fazendo indagar: “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2014, p. 109).

É neste sentido que nos indagamos sobre o fluir ou ruir das bases sobre as quais se assentava a identidade na modernidade. Como nos aponta Bhabha (2014, p. 25) os “próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas [...] estão em profundo processo de redefinição”. Tudo isso tem dado a sensação de um residir “no além”:

[...] residir ‘no além’ é ainda [...] ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; *tocar o futuro em seu lado de cá*. Neste sentido, então, o espaço intermediário ‘além’ torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora.” (BHABHA, 2014, p. 28).

Daí que no entender de Hall os sujeitos pós-modernos carregam dentro de si “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2015, p. 12). Assim, para Bhabha (2014, p. 23), a obra de Rennée Green “expõe e desloca a lógica binária através da qual identidades de diferença são frequentemente construídas – negro/branco, eu/outro.” Uma vez que “nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma” (BHABHA, 2014, p. 71), há sempre uma relação dualista de um Eu com o Outro. Como aponta Silva (2014, p. 82): “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora”.

Por isso a afirmação da identidade é uma marca do poder, do poder de classificar, de hierarquizar. Laclau (*apud* HALL, 2014, p. 110) tem razão ao argumentar que “a constituição de uma identidade social é sempre um ato de poder”. Porém esse poder será bem mais identificável, “aceito”, se o desejo parecer emanar daquele que se quer mudar.

Neste sentido Silva está certíssimo ao afirmar que “a identidade e a diferença estão, pois em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.” (SILVA, 2014, p. 81). De fato, por trás das definições e redefinições de identidades há sempre a marca do poder e do domínio que se deseja impor.

Razões que confirmam o fato que as sociedades reais jamais podem estar em equilíbrio, como destacado do pensamento de Leach (1995), pois as relações de poder e de estabelecimento e produção das identidades nunca são inocentes, estão sempre a serviço de ideais, de forças políticas e sociais do ambiente externo.

3. AÇÃO NOCIVA DO PODER NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA IDENTIFICAÇÃO

Assim, fica compreensível, e de fato pode-se falar sobre, o processo de invisibilização da identidade pelo qual passam as comunidades tradicionais, pois há sempre interesses econômicos, políticos e de poder por trás dos processos de transformação e negação das identidades e territórios destas comunidades. Portanto, Hall (2014, p. 110) está plenamente certo ao afirmar que “[...] toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado”, ou seja, as comunidades tradicionais são invisibilizadas para que possam ter suas riquezas, culturas, saberes e práticas apropriados pelos interesses econômicos e políticos externos.

Neste contexto que para Hall identidade significa o ponto de encontro, de “sutura”, entre, de um lado, os discursos e as práticas que nos convocam a assumir nossos lugares de sujeitos sociais de discursos particulares e, de outro, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos (HALL, 2014, p. 111-112). Por esse motivo Hall se utiliza do conceito de *identificação*, pois “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir” (HALL, 1994, p. 112), cabendo ao sujeito que passa pelos efeitos da suturação investir nesta articulação.

Aprofundando essa questão, Bhabha (2014, p. 83-84) aponta três condições deste *processo de identificação*.

Primeiramente, “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou *locus*. É uma demanda que se estende em direção a um objeto externo e, como escreve Jacqueline Rose, ‘É a relação dessa demanda com o lugar do objeto que ela reivindica que se torna a base da identificação’”. (BHABHA, 2014, p. 83). E para ilustrar esse processo, Bhabha usa a imagem da troca de olhares entre o nativo e o colono, pensando o primeiro que eles “querem o nosso lugar”, mas mesmo assim não há um só nativo que não sonhe um dia estar no lugar do colono, isto é, o lugar e posição do outro acaba por despertar o processo e desejo de identificação, de se tornar igual a ele.

E o sistema dominante quer justamente isso, em outras palavras, o objetivo é fazer com que o outro queira ser igual a mim, para então poder dominá-lo: é preciso que o ribeirinho “deseje” o que a sociedade tem de “mais moderno”, de mais agradável e de fácil acesso, com isso o seu espaço se torna suscetível de ser mudado, apropriado, modificado, com a justificativa que ele quer isso, que ele se identifica com esse outro, com essa outra identidade, como lembra Bhabha, em suas inúmeras referências a Fanon, as “peles negras, máscaras brancas”:

A fantasia do nativo é precisamente ocupar o lugar do senhor enquanto mantém seu lugar no rancor *vingativo* do escravo. ‘Pele negra, máscaras brancas’ não é uma divisão precisa; é uma imagem duplicadora, dissimuladora do ser em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo [...]. [...] ser diferente daqueles que são diferentes faz de você o mesmo (BHABHA, 2014, p. 84).

A identificação se torna uma maneira de forçar o outro a assumir aquela imagem:

Finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da

identificação – isto é, ser *para* um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. (BHABHA, 2014, p. 84).

O sistema capitalista, mais que qualquer outro, soube se valer deste processo de identificação e com os processos de globalização e processos de migrações forçadas (ou “livre” – HALL, 2014, p. 108) tem cada vez mais unido o mundo à casa e fazendo das formas de identificação atos de poder, de controle, de disciplinação dos corpos que são autopolicados, racializados e etnicizados pelo sistema (FOUCAULT; BUTLER *apud* HALL, 2014, p. 120-130).

Por isso, se constata que estamos vivendo um período em que “o pessoal-é-o político, o mundo-na-casa” e a “existência fronteiriça habita uma quietude do tempo e uma estranheza de enquadramento que cria a ‘imagem’ discursiva na encruzilhada entre história e literatura, unindo a casa e o mundo” (BHABHA, 2014, p. 34.38). Por isso a vivência de identidades contraditórias, pois ora somos casa (família, tradição, valores domésticos etc.), ora somos mundo (comunidade, mudança/relativismo, valores mais amplos e conflitantes com a casa etc.).

É nestas tensões e ambivalências que para Silva as identidades devem ser pensadas, questionadas e problematizadas, pois questionar a identidade e a diferença como relações de poder perpassa por questionar os binarismos nos quais elas se organizam e produzem (“nós/eles”; “feminismo/masculino”; “branco/negro”; “heterossexual/homossexual” etc.). Portanto, deve-se problematizar a identidade e a diferença como questões de política e que assim sendo devem ser transgredidas, subvertidas, questionadas, restando a síntese que segue:

Nessa perspectiva, podemos fazer uma síntese, descrevendo o que a identidade – tudo isso vale, igualmente, para a diferença – *não* é e o que a identidade é. Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2014, p. 96-97).

Mesmo diante destas estreitas relações de poder, para Bhabha, é justamente aí que reside e se deve afirmar o mais profundo desejo de solidariedade social, mesmo que se esteja vivendo neste “mundo estranho”, com suas “ambivalências e ambiguidades encenadas na casa da ficção”, deve-se proclamar: ““Estou buscando o encontro... quero o encontro.... quero o encontro”” (BHABHA, 2014, p. 46). Pois, para lembrar Fanon “no mundo em que viajo, estou continuamente a criar-me” (FANON *apud* BHABHA, 2014, p. 30) e o que devemos deixar em aberto “é como haveremos de nos repensar [...]” (BHABHA, 2014, p. 115), continuamente, sobre o fluir das bases das identidades, indagando sempre: “quem nós podemos nos tornar” (HALL, 2014, p. 109) e assim “reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; *tocar o futuro em seu lado de cá.*” (BHABHA, 2014, p. 28).

4. IDENTIDADE E A COMUNIDADE DE SÃO CARLOS: OLHARES PRELIMINARES

Em síntese, essas reflexões a respeito da identidade nos ajudam a pensar como as comunidades tradicionais, e no caso específico aqui a Comunidade Ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO), tem passado por estes processos de identificação e como suas identidades tem sido afetadas, modificadas de forma até violenta, pois os processos de globalização e desenvolvimentos econômicos impostos pelos grandes projetos tem apresentado cada vez mais uma imagem duplicada daquilo que as comunidades tradicionais não são, para então despertar o desejo e tornar-se o ideal a ser seguido.

Por exemplo, na Comunidade Ribeirinha de São Carlos, até uns 8 anos a forma de acesso à comunidade se dava por embarcações através do Rio Madeira, sendo o tempo de percurso da cidade de Porto Velho até a comunidade mais longo, demorado, porém com todo o imaginário e poética que o rio propicia; e deste tempo para cá o mesmo se dá também por uma estrada, o que

tem mudado diversos outros acessos, construções das casas (a frente das casas já não são mais voltadas para o “rio”, mas para a “estrada”), o ritmo de vida, o acesso a produtos industrializados etc. Tudo isso tem ocasionado, como se pode observar em visitas e diálogos na comunidade, mudanças significativas nos modos de vida e nos modos de ser ribeirinho. Até mesmo no imaginário, observado nas falas quando eles se referem ao “rio” e à “estrada”, como sendo constituintes de identidades totalmente diferentes e carregadas de sentidos ambivalentes.

Por fim, entender estes processos de produção das identidades e de como elas são transformadas foi e continuará sendo essencial para ajudar a entender o objeto em estudos e suas nuances.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. (Introdução e Conclusão).
2. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Cienc. Cult.** [online]. 2009, vol.61, n.3, pp. 30-32. ISSN 2317-6660. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf>> Acesso em: janeiro de 2017.
3. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
4. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
5. LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
6. LEACH, Edmund R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1995.
7. SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
8. TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da; CASSEB, Almeida. Remanescentes de Quilombo de Santo Antônio do Guaporé, Identidade e Territorialidade Adversas. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.
9. WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), à Faculdade Católica de Rondônia pelo apoio ao Grupo de Pesquisa Desafios Socioambientais, Saberes e Práticas na Amazônia e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Rondônia (FAPERO) e CAPES, pelo apoio financeiro de custeio ao Projeto de Pesquisa: “COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SÃO CARLOS (BAIXO MADEIRA, PORTO VELHO/RO): Deslocamento, Conflitos Socioambientais, Identidade e Territorialidade” por meio do Termo de Outorga FAPERO nº. 011/2016 da Chamada Universal 003/2015 e pela Bolsa Pesquisa através da Chamada FAPERO 010/2016.